



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ELLEN KEROLINE GADELHA DA CUNHA

**UMA ANÁLISE SOBRE FORMAÇÃO DE PEDAGOGOS NA ÁREA DE
APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DA UFPB**

JOÃO PESSOA

2020

ELLEN KEROLINE GADELHA DA CUNHA

**UMA ANÁLISE SOBRE FORMAÇÃO DE PEDAGOGOS NA ÁREA DE
APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DA UFPB**

Trabalho monográfico do curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB – na linha de pesquisa em Educação Especial, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof. Dr^a Taísa Caldas Dantas.

JOÃO PESSOA

2020

C972a Cunha, Ellen Keroline Gadelha da.

Uma Análise sobre Formação de Pedagogos na Área de
Aprofundamento em Educação Especial da UFPB / Ellen
Keroline Gadelha da Cunha. - João Pessoa, 2020.

58 f.

Orientação: Taísa Caldas Dantas.

Monografia (Graduação) - UFPB/CE.

1. Formação professores. Educação Especial.
Inclusão.

I. Dantas, Taísa Caldas. II. Título.

UFPB/BC

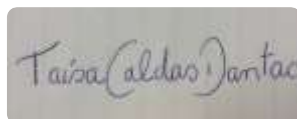
ELLEN KEROLINE GADELHA DA CUNHA

**UMA ANÁLISE SOBRE FORMAÇÃO DE PEDAGOGOS NA ÁREA DE
APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DA UFPB**

**Trabalho monográfico do curso de Graduação em Pedagogia apresentado
ao Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba como
requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.**

Aprovado em: 31 de março de 2020.

BANCA EXAMINADORA

A rectangular stamp containing a handwritten signature in blue ink that reads "Taísa Caldas Dantas".

**Prof. Dr^a Taísa Caldas Dantas - UFPB
(Presidente da Banca - orientadora)**

**Prof. Dr^a Munique Massaro - UFPB
(examinadora 1)**

**Prof. Dr^a Izaura Maria de Andrade da Silva - UFPB
(examinadora 2)**

DEDICATÓRIA

Primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, meu guia e meu socorro nas horas de angústia e aflição.

A minha mãe Francisca, que com muito esforço, carinho e apoio, não mediu esforço para que eu chegasse até este momento.

Ao meu irmão Erick e minha tia Maria Inací pelo incentivo em continuar minha caminhada acadêmica, quando pensei em desistir.

E aos meus colegas de classe que convivi durante todos esses anos, que juntos comigo formaram espaços de experiências que contribuíram para a minha formação.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a minha orientadora Prof. Dr^a Taísa Caldas Dantas, por todo o apoio, compreensão e profissionalismo na hora de orientar quanto a construção de minha monografia.

Aos alunos egressos do Curso de Pedagogia da UFPB, que se disponibilizaram em fazer parte da minha pesquisa ao responder ao meu questionário.

E a todos que diretamente e/ou indiretamente me ajudaram na construção da minha monografia.

“A pedagogia da diversidade é uma pedagogia da emancipação.” – Nilma Lino Gomes

RESUMO

Este trabalho monográfico tem como foco a área de aprofundamento em educação especial do curso de pedagogia da UFPB que visa a formação de professores na área de educação especial. Nesse contexto, o objetivo desta pesquisa é analisar como o Curso de Licenciatura em Pedagogia está preparando seus alunos/as para trabalhar com estudantes com deficiência. Para isto foi realizada uma pesquisa bibliográfica utilizando livros e artigos científicos com retirada de mecanismos de busca do Google Acadêmico e dos Periódicos Livres da Capes, também foi feito uma pesquisa de campo realizada com aplicação de questionários com estudantes egressos do Curso de Licenciatura em Pedagogia que cursaram a área de aprofundamento em educação especial e os que estão concluindo nesse semestre. Ao longo deste trabalho abordaremos os marcos históricos da pessoa com deficiência e da educação especial, a formação de professores e seu trabalho na educação especial e a análise dos dados coletados na pesquisa de campo. Esta pesquisa aponta como principais achados que o curso de pedagogia oferece uma área de aprofundamento em educação especial de qualidade, porém, há algumas lacunas como o curto período de tempo das disciplinas, a não experiência prática dos estudantes na educação de alunos/as com deficiência.

Palavras-chave: Formação de professores. Educação especial. Inclusão.

ABSTRACT

This monographic work focuses on the area of deepening special education in the pedagogy course at UFPB, which aims to train teachers in the area of special education. In this context, the objective of this research is to analyze how the Pedagogy Degree Course is preparing its students to work with students with disabilities. In this context, the objective of this research is to analyze how the Pedagogy Degree Course is preparing its students to work with students with disabilities. For this, a bibliographic search was carried out using books and scientific articles with search engines from Google Scholar and Capes Free Journals, a field survey was also carried out with the application of questionnaires with students graduating from the Pedagogy Degree Course who studied the area of special education and those who are concluding this semester. Throughout this work we will address the historical milestones of people with disabilities and special education, the training of teachers and their work in special education and the analysis of the data collected in the field research. This research points out as main findings that the pedagogy course offers an area of deepening in quality special education, however, there are some gaps such as the short time of the subjects, the students' lack of practical experience in the education of students with disabilities.

Key words: Formation of teachers. Special Education. Inclusion.

LISTA DE QUADROS.

Quadro 1 – Dados dos Sujeitos da Pesquisa.....	34
--	----

LISTA DE SIGLAS.

APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.
AIPD	Ano Internacional das Pessoas Deficientes.
AEE	Atendimento Educacional Especializado.
CBiotec	Centro de Biotecnologia.
CCA	Centro de Ciências Agrárias.
CCAE	Centro de Ciências Aplicadas e Educação.
CCEN	Centro de Ciências Exatas e da Natureza.
CCHLA	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.
CCHSA	Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias.
CCJ	Centro de Ciências Jurídicas.
CCM	Centro de Ciências Médicas.
CCS	Centro de Ciências da Saúde.
CCSA	Centro de Ciências Sociais Aplicadas.
CCTA	Centro de Comunicação, Turismo e Artes.
CE	Centro de Educação.

CEAR	Centro de Energias Alternativas Renováveis.
CENESP	Centro Nacional de Educação Especial.
CI	Centro de Informática.
CT	Centro de Tecnologia.
CTDR	Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional.
FUNAD	Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência.
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos.
LBI	Lei Brasileira de Inclusão.
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
MEC	Ministério da Educação.
ONU	Organização das Nações Unidas.
PDE	Plano Nacional da Educação.
PEI	Plano de Ensino Individual.
PNE	Plano Nacional de Educação.
PPC	Projeto Político Curricular.
TCLE	Termo de Consentimento e Livre Esclarecido.

UFPB Universidade Federal da Paraíba.

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a
Ciência e a Cultura.

Sumário

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 REFLEXÕES SOBRE O MOVIMENTO SOCIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL.....	17
□ O modelo de Exclusão.....	17
□ O modelo de Integração	20
□ O modelo de Inclusão	21
CAPÍTULO 2 A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO COM UM OLHAR NA INCLUSÃO.....	25
CAPÍTULO 3 PERCURSO METODOLÓGICO.....	31
□ Tipo de Pesquisa	31
□ Local da Pesquisa	32
□ Universo da Pesquisa.....	33
□ Sujeitos da Pesquisa e Amostra da Pesquisa	34
□ Instrumentos da Pesquisa	35
CAPÍTULO 4 REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO: ANÁLISE DAS DISCIPLINAS DA ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	37
□ Concepção sobre Inclusão	37
□ Conhecimento sobre o Marco Legal Inclusivo	40
□ Noções sobre as Especificidades das Pessoas com Deficiência e a Adaptação Curricular.....	43
□ Formação em Educação Especial e os Possíveis Desafios	46
□ Pretensões Futuras de Continuar os Estudos na Área da Deficiência	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	50

REFERÊNCIAS.....	52
APÊNDICES.....	55
Apêndice A – Roteiro de Entrevista utilizado para coleta de dados.....	55
Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido utilizado na pesquisa.	57

INTRODUÇÃO

Esse trabalho de conclusão de curso tem como foco analisar como a área de aprofundamento em Educação Especial do curso de pedagogia da Universidade Federal da Paraíba tem preparado os futuros pedagogos/as para a inclusão de pessoas com deficiência em suas práticas pedagógicas. Esse estudo será norteador pela seguinte pergunta de pesquisa: como as disciplinas da área de aprofundamento em Educação Especial do curso de pedagogia da UFPB têm contribuído para a formação de pedagogos que estejam aptos a incluir estudantes com deficiência em suas turmas?

Na sociedade em que vivemos de acordo com Rodrigues (2017) há muitos padrões estabelecidos socialmente que tendem a inferiorizar aqueles/as que não se enquadram no padrão estabelecido para a cor, etnia, classe social, gênero, religião, orientação sexual, tipo físico, escolaridade, etc. É dado muito valor as pessoas ditas 'normais' e qualquer diferença, causa inquietação, pois só é aceito pelas pessoas o que se enquadra nos padrões estabelecidos pela sociedade.

Nessa perspectiva, ainda segundo Rodrigues (2017), as pessoas com deficiências, sejam estas sensoriais, físicas ou intelectuais, historicamente têm enfrentado grandes dificuldades de inclusão nas mais diversas esferas sociais. Por mais que se venha tendo uma visão de sociedade diversificada e que se tenha um movimento no sentido de valorizá-las, como a divulgação de leis e decretos sobre os direitos a inclusão, a exposição de pessoas com deficiências por meio de comerciais, filmes, campanhas na mídia, entre outros, ainda é um movimento tímido. Mas, paulatinamente, esse grupo social tem deixado de ficar invisível, para buscar seus direitos e passar a fazer parte da sociedade.

O direito a ter acesso a uma educação de qualidade é fundamental para que o grupo social constituído pelas pessoas com deficiência se desenvolva intelectualmente e tenha chances de crescimento e independência pessoal. Nesse contexto, a formação dos docentes que irão atuar com esse grupo deve ser colocada na pauta de prioridades dos cursos superiores, onde deve se dar a

oportunidade aos futuros professores de conhecerem e abrangerem seus conhecimentos, para entenderem melhor o conceito do paradigma da inclusão e como devem trabalhar nessa perspectiva. É imprescindível formar professores que sejam capazes de compreender e praticar o acolhimento à diversidade e que estejam abertos às práticas inovadoras, planejando aulas de acordo com as diversas necessidades dos/as alunos/as.

Essa pesquisa buscará analisar se o Curso de Pedagogia tem ao longo de sua duração e na sua área de aprofundamento em educação especial, proporcionado aos estudantes conhecimentos para entenderem melhor o que é inclusão, a conceituação que eles possuem desse paradigma, se possuem formação sobre como irão trabalhar as necessidades educativas de seus alunos/as com deficiência, se possuem conhecimentos sobre o que seja adaptação curricular, Plano de Ensino Individual (PEI), mediação pedagógica, e as demais especificidades das diversas deficiências que compõem o público alvo da educação especial e a legislação que rege a educação especial no Brasil.

Portanto, como objetivo geral, este trabalho pretende analisar como o Curso de Licenciatura em Pedagogia da UFPB está preparando seus alunos, futuros pedagogos, para o processo de ensino aprendizagem dos estudantes com deficiência.

Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica elaborada a partir de material já publicado, como: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet. E também foi realizada a pesquisa de campo que segundo Prodanov e Freitas (2013) tem objetivo de adquirir informações e/ou conhecimentos acerca do problema objeto desta pesquisa.

A pesquisa foi realizada com 5 estudantes egressos do Curso de Licenciatura em Pedagogia que cursaram ou estão cursando a área de aprofundamento em educação especial e os que estão com status de concluinte no curso de pedagogia. O curso se localiza no Centro de Educação (CE), na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) no Campus I. A pesquisa foi realizada

nos meses de junho e julho de 2019, onde foi aplicado um questionário com 8 perguntas abertas para serem respondidas por eles.

O interesse em pesquisar sobre essa temática surgiu das minhas inquietações a partir dos estágios realizados na educação infantil e ensino fundamental, onde pude presenciar uma grande dificuldade apresentada a respeito do ensino inclusivo nas escolas. As professoras se sentiam despreparadas e encontravam diversas barreiras para exercer seu trabalho, em atender a todos os seus alunos com qualidade, incluindo os que tinham alguma deficiência, os quais permaneciam muitas vezes escanteados nos cantos das salas de aula, com atividades infantilizadas para a sua idade e ano escolar.

A relevância desta pesquisa reside na importância que o tema possui na atualidade, uma vez que a inclusão de estudantes com deficiência nas escolas regulares não é mais uma opção, e sim uma obrigação legal, de forma que os profissionais precisam estar aptos para essa nova realidade global. Além do mais, a academia é o local onde ocorre o processo de formação desses profissionais e uma má formação afetará o modo em que os professores olharão para seus alunos/as com deficiência e como investirão no desenvolvimento deles. Assim, no contexto de inclusão social e escolar, espera-se que o papel do professor e da professora, tanto do ensino comum quanto da educação especial, seja colocado como um dos principais agentes de inclusão, uma vez que é essa formação que definirá a qualidade do ensino dentro das escolas.

Esse trabalho de pesquisa monográfico será dividido em quatro partes: no primeiro capítulo apresentamos os principais marcos históricos da pessoa com deficiência e educação especial. No segundo capítulo apresentamos a legislação que ampara a formação de professores no sistema educacional brasileiro e, especificamente, na educação especial. No terceiro capítulo apresentamos o caminho metodológico percorrido e no quarto capítulo, a análise dos dados coletados dos entrevistados.

CAPÍTULO 1

REFLEXÕES SOBRE O MOVIMENTO SOCIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

A história do grupo constituído pelas pessoas com deficiência é marcada por momentos que vão desde a exclusão (rejeição social), integração social e o paradigma da inclusão. No processo educacional especial teve diversas mudanças como definições, propostas pedagógicas, novos espaços (salas de recursos) e nesse contexto de mudanças, surgiu a necessidade de os professores/as se especializarem e estudarem para atender os novos alunos; a formação inicial com disciplinas específicas na graduação e também na formação continuada. Desta maneira iremos discutir um pouco a respeito da história da pessoa com deficiência e a sua educação ao longo do tempo.

- **O modelo de Exclusão**

Na antiguidade, as pessoas com deficiência eram tratadas como indivíduos desqualificados, inferiores e que não contribuíam com o crescimento e desenvolvimento da comunidade e a sua deficiência era vista como uma doença sem cura, por isso elas eram retiradas do convívio social e muitas vezes condenadas à morte, pois naquela época só era considerado digno os indivíduos vistos sob a ótica da 'normalidade'. De acordo com Castro (2013, p.1 apud SANTOS; VELANGA; BARBA 2017, p.316):

Os bebês nascidos disformes deveriam ser expostos, a deformidade da criança ou a pobreza da família bastavam para que a justiça doméstica decretasse sua morte ou seu abandono. Na Roma antiga os bebês malformados eram enjeitados ou afogados. Estes podiam ser perfeitamente mortos, atirados ao mar ou queimados. Acreditava-se que as deformidades traziam mau agouro para comunidade e para a família. (CASTRO, 2013, p.1 apud SANTOS; VELANGA; BARBA 2017, p.316)

Para a sociedade, a tortura, abandono ou morte da criança com deficiência era justificada como uma atitude correta. Dessa forma, quando os bebês nasciam com qualquer deficiência era esperado que seus parentes os expulsassem, e assim esses bebês não tinham o direito à vida. Esse modelo de rejeição predominava na Grécia e Roma onde as crianças eram abandonadas à própria sorte, sendo vistas como se tivessem uma doença, por causa dos maus espíritos sendo assim elas eram impuras e deveriam ter o destino de pedir esmolas pelas ruas.

No final da idade média ocorre uma pequena mudança no modo como as pessoas veem as pessoas com deficiência, elas nessa época eram vistas como pessoas doentes que necessitavam de cuidados médicos e reabilitação física adequada. De acordo com Santos; Velanga; Barba (2017) nesse período, a medicina vai ganhando espaço, e a pessoa com deficiência começou a ser visto como um objeto de estudo e experiências.

De acordo com Rezende (2013) no século XIX foram criadas as escolas especiais, com o objetivo de deixar os 'indesejáveis' distantes dos ditos 'normais', mas surge a necessidade da expansão educacional por causa da Revolução Industrial e do modo de produção capitalista, em que a pessoa com deficiência começou a ganhar espaço na sociedade, pois a sociedade começou a precisar de mão de obra para as produções das fábricas, com isso surge a necessidade do ensino das pessoas com deficiências.

No século seguinte começou a surgir organizações para a assistência de educação de pessoas com deficiência como a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) em 1954 e ano de 1961, publicou-se a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a Lei nº 4.024/61 e, em seus artigos 88 e 89, afirma que:

Art. 88. A educação de excepcionais deve no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade. Art. 89. Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções (BRASIL, 1961, p. 15).

Essa lei de acordo com Dantas (2010) expressa que a educação para as pessoas com deficiência seria “excepcional”, ou seja, que precisaria de auxílio especializado para o “diferente”, pois como já foi falado anteriormente essas pessoas eram vistas como doentes e inferiores na sociedade.

Já na década de 70 ocorreu duas mudanças educacionais que de acordo com Dantas (2010) foram avanços para a educação de pessoas com deficiência. A primeira mudança foi a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a Lei nº 5.692/71, a qual foi criada na época da ditadura militar e, em seu artigo 9, afirma que:

Art. 9º OS alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acôrdo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação (BRASIL, 1971, p. 02).

Com essa lei não se possibilita a inclusão na rede regular de educação, mas é destinado aos alunos as escolas especiais, ou seja, “o atendimento educacional especializado como “tratamento especial” destinado aos alunos” (Dantas, 2010, p. 03) com deficiências (físicas e metais), superdotação e atraso na idade escolar, sem a possibilidade de ocorrer a interação com alunos ditos ‘normais’, contudo eram feitos testes de QI, onde existiam as escolas especiais, classes especiais e classes regulares, então nem todos os alunos poderiam ter acesso a essas escolas, pois neste período não se tinha na política pública o compromisso com a educação direito de todos como institui a ONU (Organização das Nações Unidas) em 1948.

A segunda mudança foi a criação do CENESP (Centro Nacional de Educação Especial) em 1973, que de acordo com Santos; Velanga; Barba (2016), embora essa instituição não fosse ligada a escola, tinha práticas e apoios pedagógicos especiais.

- **O modelo de Integração**

A década de 80 foi marcada pela integração da educação das pessoas com deficiências. No início da década teve o AIPD (Ano Internacional das Pessoas Deficientes) em 1981, onde foi declarado pela ONU (Organização das Nações Unidas), com o objetivo de ter ações voltadas para a igualdade de todas as pessoas com deficiência, dando oportunidades para que eles tenham uma efetiva participação na sociedade. Com esse evento a ONU oportunizou “um momento crucial de conscientização das pessoas com deficiência nos vários continentes como um grupo social com uma identidade única” (Dantas, 2010, p.04).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 trouxe diversos benefícios educacionais para toda a população, incluindo os grupos vulnerabilizados: em seu artigo 205 afirma que: “A educação é direito de todos e dever do Estado e da família” (BRASIL, 1988, p. 121); já no artigo 206 vem garantindo a igualdade de condições de acesso e permanência no ambiente escolar; e no seu artigo 208 reafirma o dever do Estado garantir uma educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos na rede regular de ensino com um atendimento especializado para os alunos com deficiência.

Com a Lei nº 7.853/89 que trata sobre a integração social das pessoas com deficiência e na educação é obrigatório a sua ingressão em escolas especiais, privadas e públicas de oferta gratuita, na rede pública de ensino. Também destina ao poder público a responsabilidade na ‘matricula compulsória’ tanto em rede pública e particular dos alunos com deficiência que sejam capazes de interagir com as pessoas, incluindo a oferta de material escolar, merenda e bolsas de estudos. Mesmo diante da importância desta lei na ampliação do acesso das pessoas com deficiência à escola regular, ela acaba excluindo os alunos com deficiência que não são capazes de interagir ou se comunicar, pois a lei garante vagas em escolas para alunos que interajam e se comuniquem com

as pessoas, porém não cita a responsabilidade com os alunos com problemas motores e de comunicação.

Com esses avanços tanto no âmbito internacional quanto nacional, o período da integração da pessoa com deficiência possibilitou a inserção nas classes regulares e classes especiais, apesar das práticas educativas ainda antiquadas. De acordo com Dantas (2010), a integração de crianças com deficiências em escolas regulares significava que eles teriam que se adequar a realidade da escola, não havia um preparo dos profissionais que lidariam com essas crianças e não havia nenhuma preocupação com a permanência destes no ambiente escolar.

- **O modelo de Inclusão**

Como fruto de todo o movimento organizado das pessoas com deficiência, segundo Dantas (2010) a década de 90 se tornou cenário de vários documentos tanto nacionais como internacionais que ajudaram as escolas a se tornarem mais justas e passarem por reformas em suas estruturas educacionais, se tornando um começo para a inclusão das pessoas com deficiência na educação. A década se inicia com dois eventos internacionais de extrema importância para a educação, a Declaração de Educação para Todos (UNESCO, 1990) e a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994).

A Declaração de Educação para Todos (UNESCO, 1990) é um documento que propõe metas para suprir as necessidades da aprendizagem de todas as pessoas, em especial as pessoas com deficiências, pois como já citado anteriormente, precisa-se de atenção especial para que ocorra uma igualdade nas chances de aprendizagem e no sistema de ensino (DANTAS, 2010).

No que se refere a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), composta por princípios, políticas e práticas para a educação especial, este documento propõe a inclusão de todas as crianças nas escolas regulares dispondo sobre o princípio da inclusão, conceituado como:

Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos, através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. Na verdade, deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola (UNESCO, 1994, p. 5)

Com a Declaração de Salamanca, o Brasil passou por uma reavaliação quanto ao atendimento de crianças com deficiências nas escolas e a formação de professores preparados com cursos especializados para o ensino destas crianças. No Brasil, nessa época, começa um longo caminho pela inclusão, com lutas das próprias pessoas com deficiência que buscam superar toda a discriminação e exclusão que viveram ao longo dos anos.

A LDBEN nº 9.394/96 consagra a educação especial como modalidade educativa e aborda a inserção dos estudantes com deficiências nas salas regulares, a capacitação dos docentes para a oferta de apoio especializado e os recursos que são utilizados no AEE (Atendimento Educacional Especializado). De acordo com o Art. 58:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. § 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. § 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular (BRASIL, 1996, p.25)

A LDBEN se tornou um marco na área da educação especial, pois “constitui um momento importante nos embates políticos em torno da defesa do direito à educação das pessoas com deficiência” (DANTAS, 2010, p. 12).

Uma proposta educacional inclusiva representa a inserção dos grupos vulneráveis que até o século XIX foram excluídos e rejeitados, essa é uma dívida da atual sociedade, diminuir o preconceito e hostilidade diante das diferenças. De acordo com Santos; Velanga; Barba (2017) a inclusão pode proporcionar uma escola em que os/as alunos/as possam participar e conviver com a diversidade com a finalidade de preparar os/as alunos/as para a vida em sociedade.

No ano de 2001 é publicada a Lei nº 10.172/01 - o PNE (Plano Nacional de Educação) que possui metas e objetivos para as pessoas com deficiência como a garantia de vagas para diversos tipos de deficiência na escola regular. No mesmo ano teve a Resolução CNE/CEB nº2/01 que afirma que as escolas deveriam matricular todos os alunos, sendo de responsabilidade da escola se preparar para atender todos os estudantes com deficiência, oferecendo uma educação de qualidade. Contudo esse documento dava a possibilidade de haver a troca da classe regular pela classe especial.

No ano de 2007, o PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação) inclui a infraestrutura das escolas, visando a acessibilidade das edificações escolares, assim como a formação docente e das salas de recursos multifuncionais. No ano de 2009, a Resolução nº4 CNE/CEB orienta as escolas quanto ao atendimento educacional especializado (AEE) na educação básica, sendo realizado no contraturno e em salas de recursos multifuncionais das escolas regulares de preferência.

No ano de 2014 é publicada a Lei nº 13.005/14 - o PNE (Plano Nacional de Educação) um novo plano com metas e objetivos para as pessoas com deficiência como universalizar o ensino para os alunos com deficiência (altas habilidade e transtornos globais) de 4 aos 17 anos, com a garantia do atendimento educacional especializado (salas de recursos multifuncionais, escolas ou serviços especializados, público ou conveniados) e o acesso à educação básica 'preferencialmente' na rede regular.

No ano de 2015 entrou em vigor a Lei nº 13.146/15 a LBI (Lei Brasileira de Inclusão) que tem como foco a autonomia e a capacidade das pessoas com deficiência de exercerem uma vida civil em condições de igualdade. A

referida lei assegura que o sistema de ensino seja inclusivo em todos os níveis de ensino, criando meios de acessibilidade para eliminar barreiras que venham causar a desistência do aluno e que adota meios para que a aprendizagem seja por toda a vida.

A LBI também assegura que os estudantes matriculados em escolas privadas, tenham o direito ao acompanhamento pedagógico específico, sem que seja cobrada nenhuma mensalidade extra aos seus responsáveis. Cabendo ao poder público acompanhar, averiguar e criar maneiras de avaliar a efetivação da lei.

A evolução do acesso às escolas regulares, por meio das políticas públicas no Brasil vem crescendo e hoje todos têm direito a escolarização, e com uma construção de sociedade inclusiva que passou a ser defendida mundialmente. As mudanças nas teorias e práticas educacionais, bem como as modificações nos currículos escolares e das formações dos professores precisam ser bem articuladas e nesse contexto, será abordado a seguir a formação desses professores na educação especial.

CAPÍTULO 2

A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO COM UM OLHAR NA INCLUSÃO

Com as mudanças que vem ocorrendo no Brasil a partir das leis de inclusão que a cada dia se aprimoram, assim como o acesso das crianças com deficiências nas escolas regulares, a formação de professores surge como uma das questões centrais nesse processo, e tem ocorrido ainda de maneira gradual com a implementação nos currículos e estruturas das escolas. No entanto, de acordo com Rezende (2013), apesar das mudanças, ainda tem muito a ser debatido nesse tema para que ocorra uma verdadeira mudança no sistema de educação no Brasil, pois é um tema que está em desenvolvimento.

A formação inicial de professores que ocorre no ensino superior deve ser para que o professor tenha a capacidade de desenvolver intervenções educacionais necessárias em diferentes e diversas situações que possa ocorrer na escola. Sendo assim, a formação de professores representa “um período de desenvolvimento profissional, no qual são articuladas as dimensões: pessoal, profissional e coletiva do exercício docente” (REZENDE, 2013, p.41). Nesse sentido, o professor possui múltiplas faces, que em exercício vai seguir uma trajetória de construção da sua identidade enquanto docente, a troca de saberes com seus alunos/as e que sempre vai estar em aperfeiçoamento das suas metodologias.

De acordo com Brzezinski (2008) os processos de formação docentes devem ser capazes de promover uma educação escolar com qualidade. Os educadores precisam estar formados para que possam educar a todos os seus alunos, que precisarão reunir em sua bagagem conhecimentos, saberes e habilidades para atuar na sociedade.

Por essa razão, o professor em seu exercício profissional é um sujeito que observa, interage e utiliza de seus saberes com o mundo, saberes que, segundo Tardif (2005), seriam caracterizados por ajudarem na formulação das concepções dos professores a respeito de seu exercício profissional, como, por

exemplo: os saberes da formação profissional, os saberes da experiência e os seus saberes pessoais; e também aqueles saberes que são caracterizados como instrumentais (meios concretos de realização), a exemplo, os saberes referentes ao manuseio de ferramentas concretas de trabalho (livros, apostilas, fichas, programas de computador, etc.).

No contexto atual da educação inclusiva, os sistemas de ensino devem habilitar o professor a trabalhar com a diversidade que existe entre todos os alunos de uma classe regular e para isso esses professores, em especial os pedagogos, precisam ser capazes de promover um processo inclusivo na escola. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL,1996), é regulamentado o dever dos sistemas de ensino de proporcionar aos professores uma capacitação adequada no ensino superior para que eles possam trabalhar e interagir com os alunos/as com deficiências que estiverem nas salas de aula regulares.

Na visão de Vieira (2017) o professor deve ter um olhar atento, um tratamento especial durante seu processo de formação inicial, mas que não pode se findar na fase inicial, tem-se que garantir uma formação continuada, um aperfeiçoamento, pois sempre está surgindo formas novas de lidar com esse público, pesquisas e métodos que esse profissional deve aprender e pôr em prática quando necessário.

Com as Resoluções CNE/CP nº1/2002, a CNE/CP nº 2/2015 e a CNE/CP nº2/2019 foi regulamentando as diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica no ensino superior, curso de licenciatura, de graduação, sobre a formação na educação especial como os conhecimentos exigidos para a constituição de competências deverá, além da formação específica relacionada às diferentes etapas da educação básica, deverá propiciar a inserção no debate contemporâneo mais amplo, envolvendo questões culturais, sociais, econômicas e o conhecimento sobre o desenvolvimento humano e a própria docência.

Sendo assim, as Resoluções afirmam que a formação do pedagogo deve incluir conhecimentos específicos de cada deficiência. No sistema

educacional, o professor que tem uma especialização na educação especial, terá um importante papel na aprendizagem desse aluno/a (PLETSCH, 2009). Nesse contexto, a Lei nº 10.436/2002 garante que na classe comum deve-se encontrar o professor intérprete de línguas e códigos aplicáveis. O Decreto nº 6.571/2008 define a sala de recursos como um conjunto de atividades e recursos pedagógicos que também deve complementar a formação dos alunos com deficiência. A Resolução CNE/CEB nº 4/2009 que orienta o Decreto, também vem a definir que o pedagogo realiza a complementação e/ou suplementação curricular, com a utilização de materiais e equipamentos específicos, no contraturno.

De acordo com Rezende (2013) existe disciplinas específicas na formação de professores voltadas para a educação inclusiva, mas se o professor não se sentir preparado para atuar com alunos com deficiências então ele deve procurar fazer uma formação continuada para aperfeiçoar seus conhecimentos. Uma educação voltada para estudantes com deficiências com o desenvolvimento de práticas pedagógicas feitas de maneira errada ou inadequada pode excluir o aluno mais do que o incluir no convívio com os seus colegas e na sociedade. E para auxiliar o trabalho desse professor, o Ministério da Educação (MEC) disponibilizou materiais de diferentes tipos de deficiências e de como trabalhar com eles em sala de aula.

Na visão de Vieira (2017), com o crescimento que está ocorrendo na formação dos professores em relação à educação especial, as diretrizes nacionais e internacionais que asseguram a educação como um direito para todos e o atendimento educacional especializado no ensino único, assim como orienta que a inclusão da educação especial deve ocorrer no ensino regular, com isso houve o desenvolvimento de proposta pedagógica que atendesse todos os alunos e também, define como o professor deve fazer para desenvolver o aprendizado de cada aluno.

Os cursos de Pedagogia em todo Brasil, segundo Fonseca-Janes (2010), foi ao longo dos anos da história da educação se construindo, apesar de muitas vezes de maneira conturbada como crises na atuação dos profissionais, crise no

objetivo de atuação, crise em seu reconhecimento e a crise em seu currículo que durou por anos, mas que apesar de todas essas crises, hoje o curso é considerado o principal meio de formação de profissionais que atuem na educação infantil, nos primeiros anos do ensino fundamental e na gestão dos sistemas de ensino.

Em específico, o Curso de Pedagogia da UFPB foi criado pela Lei Estadual Nº 341/49, que atualmente de acordo com o PPC (Projeto Político Pedagógico) de 2006 (sendo necessário uma atualização em seu PPC, pois está em vigor à 14 anos), o curso tem base legal na LDB, lei nº 9.394/96, com o Parecer CNE\CP 05/2005 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, na Resolução 34 da CONSEPE (UFPB) de 2004, que aprova a sistemática de elaboração e de reformulação do Projeto Político Pedagógico dos Cursos de Graduação da UFPB, na Resolução CNE\CP nº1 (2006) que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, além da Resolução nº 4/2004 que define a base curricular para a formação pedagógica dos cursos de licenciatura.

De acordo com o PPC (2006), o curso de Pedagogia tem uma relação intrínseca entre a teoria e a prática no processo do saber do futuro pedagogo, com isso o curso se organiza numa formação ética e inclusiva, buscando a inclusão das diferenças. Nesse sentido, no último período do curso são disponibilizadas duas áreas de aprofundamento para agregar ao processo de aprendizagem: Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos.

Quanto a sua área de aprofundamento em educação especial, que é a base desse estudo, tem um total de 240 horas, de uma carga horária de no mínimo 3.210 horas de todo o curso de pedagogia, traz em seu PPC (2006) a definição de que os professores terão uma formação voltada para a educação inclusiva, que os preparem para lidar com alunos com deficiência, além de terem a capacidade de reconhecer e identificar esses alunos. São disponibilizadas quatro disciplinas nesta área de aprofundamento:

1. Teoria do desenvolvimento I, que discute as características psicopedagógicas e sociais do desenvolvimento e fundamento teórico metodológicos do desenvolvimento humano e prevenção das deficiências;

2. Teoria do desenvolvimento II, que discute as patologias do desenvolvimento humano, os mitos decorrentes dos desvios da aprendizagem;

3. Avaliação e Procedimentos de Intervenção, cujo enfoque é multidisciplinar e interdisciplinar dos processos de avaliação, e além das abordagens educacionais no atendimento a pessoa com deficiência;

4. Estágio supervisionado V – Educação Especial, que tem como objetivo unir a prática com a teoria ensinada na universidade, além de mostrar qual é o papel do pedagogo na educação inclusiva.

Se olharmos no tópico das competências, atitudes e habilidades que o PPC (2006) traz em relação ao egresso do curso de Pedagogia, o pedagogo terá uma formação com uma diversidade de práticas e conhecimentos, pois esse curso tem em seu PPC um campo de atuação amplo, que ajudam os docentes a trabalhar ao longo do curso com disciplinas que focam na preparação e atuação dos alunos em ambientes escolares e não escolares. Segundo o PPC (2006, p.14-15) o pedagogo deve:

atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária; (...) trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo; reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais e afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas; (...) identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnicoraciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras; demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras. (PPC, 2006, p.16)

Portanto, a formação do professor para educação especial é de extrema importância, porque ele é o elo entre o aprendizado e o aluno e se ele não tiver a habilidade de passar as informações necessárias, o aluno perde, é na escola que se desenvolve a capacidade de resolver problemas do cotidiano, a construir o conhecimento através de experiências vividas e é preciso que todos os alunos consigam alcançar este objetivo.

CAPÍTULO 3

PERCURSO METODOLÓGICO

Nesse item, iremos abordar a respeito das bases metodológicas que essa pesquisa se fundamenta, o tipo de pesquisa adotado, seu campo de coletas, os sujeitos participantes, assim como os instrumentos utilizados para a coleta dos dados da pesquisa.

- **Tipo de Pesquisa**

A presente pesquisa teve como objetivo geral analisar como o Curso de Licenciatura em Pedagogia está preparando seus alunos/futuros pedagogos para trabalhar com estudantes com deficiência. Em relação aos objetivos específicos, esses foram:

- analisar se os estudantes do curso de pedagogia sentem-se preparados para trabalhar com alunos com deficiências nas escolas;
- compreender como concebem o paradigma da inclusão;
- investigar se conhecem conceitos essenciais para a inclusão como: adaptação curricular; PEI (Plano de Ensino Individualizado);
- avaliar se conhecem o marco legal internacional e nacional que rege a educação especial.

A partir dos objetivos delineados, esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, que segundo Prodanov e Freitas (2013), se descreve como um ambiente natural que é fonte direta para coleta de dados, interpretação de fenômenos e atribuição de significados. Sendo assim, o ser humano tem a capacidade de pensar, interpreta e tecer críticas sobre a sociedade em que vive.

Por essa razão, a pesquisa foi de natureza descritiva, que segundo Andrade (2007) ratifica que na pesquisa descritiva são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados os dados sem que o pesquisador interfira neles.

Quanto aos procedimentos da pesquisa, esses foram de cunho bibliográfico e de campo, pois foi elaborada a partir de diversas contribuições de autores já publicados como artigos científicos, teses e dissertações retirados de mecanismos de busca do Google Acadêmico e dos Periódicos Livres da Capes, além de livros do acervo da biblioteca central da UFPB.

E também foi realizada coleta de dados com os sujeitos da pesquisa através de um roteiro de entrevistas que foi enviado pelos mecanismos de e-mail e WhatsApp. De acordo com Andrade (2007), a pesquisa se constitui por meio de instrumentos teórico-metodológicos para construção do conhecimento, que através das ferramentas virtuais segundo Andretta (2019), se torna uma abordagem inovadora com um processo de coleta dos dados da pesquisa dinâmico.

A pesquisa de campo é definida como aquela utilizada com “o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual procuramos uma resposta de uma hipótese ou descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.” (PRODANOV e FREITAS 2013, p.59). Essa pesquisa caracteriza-se como de campo pois utilizamos da coleta de dados, analisamos e interpretamos os fatos coletados em um ambiente natural do público alvo.

- **Local da Pesquisa**

A pesquisa foi realizada com os alunos do Centro de Educação (CE) que fica localizado na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) no Campus I - Bairro Cidade Universitária, na cidade de João Pessoa-PB, CEP:58051-900. A motivação de se realizar a pesquisa com os alunos do Centro de Educação justifica-se em razão das minhas inquietações a partir dos estágios realizados na educação infantil e ensino fundamental, onde pude presenciar uma grande dificuldade que as pedagogas apresentavam a respeito do ensino inclusivo nas escolas, como já foi falado anteriormente.

A pesquisa ocorreu da seguinte forma: foi enviada uma mensagem pelo WhatsApp perguntando se os sujeitos da pesquisa possuíam o interesse de participar da pesquisa e se poderiam responder ao questionário. Àqueles que

confirmaram que poderiam participar, foi enviado pelo e-mail o questionário, alguns reenviaram o roteiro respondido pelo e-mail, outros pelo WhatsApp por acharem mais prático.

- **Universo da Pesquisa**

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) foi criada pela Lei Estadual 1.366, de 02 de dezembro de 1955, e instalada sob o nome de Universidade da Paraíba como resultado da junção de algumas escolas superiores. Sendo posteriormente, com a sua federalização, aprovada e promulgada pela Lei nº. 3.835 de 13 de dezembro de 1960 foi transformada em Universidade Federal da Paraíba, incorporando as estruturas universitárias existentes nas cidades de João Pessoa e Campina Grande.

Atualmente a UFPB está estruturada da seguinte forma: Campus I, na cidade de João Pessoa, compreende os seguintes Centros: Centro de Ciências Exatas e da Natureza - CCEN; Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - CCHLA; Centro de Comunicação, Turismo e Artes - CCTA, Centro de Ciências da Saúde - CCS; Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA; Centro de Educação - CE; Centro de Tecnologia - CT e Centro de Ciências Jurídicas - CCJ; Centro de Biotecnologia - CBIotec; Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional - CTDR; Centro de Ciências Médicas - CCM; Centro de Informática - CI e Centro de Energias Alternativas Renováveis - CEAR e o Campus II, na cidade de Areia, compreende o Centro de Ciências Agrárias - CCA e o Campus III, na cidade de Bananeiras, abrange o Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias - CCHSA e o Campus IV, nas cidades de Mamanguape e Rio Tinto, com o Centro de Ciências Aplicadas e Educação – CCAE.

Sobre o Centro de Educação (CE), localizada no Campus 1, onde se encontra o curso dos alunos da pesquisa, é um órgão setorial, com funções deliberativas e executivas em nível intermediário de administração. Instituído durante o reitorado do Prof. Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, baseado no art. 15, alínea “e”, do Estatuto da Universidade. O Centro por sua vez, foi aprovado pelo Parecer nº 6.710/78 do CFE, sendo homologado por despacho do Exmº Sr.

Ministro da Educação e Cultura (Processo nº 241.921/78) e publicado no Diário Oficial da União de 20 de novembro de 1978.

Com relação ao curso Licenciatura em Pedagogia que é oferecida tanto a modalidade presencial, como a distância e a voltada para o campo, o curso é de Magistério em Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. Tendo duas áreas de aprofundamento: em Educação de Jovens e Adultos e em Educação Especial, alvo deste estudo.

- **Sujeitos da Pesquisa e Amostra da Pesquisa**

A pesquisa foi realizada com 5 estudantes que se encontram em situação de egresso do Curso de Licenciatura em Pedagogia que cursaram a área de aprofundamento em educação especial e os que estão concluindo o curso de pedagogia. Esses alunos foram convidados a responder um questionário com 8 perguntas sobre a pesquisa. Todos que responderam foram garantidos o anonimato e serão identificados pela letra 'Q' mais uma numeração, por exemplo Q1, Q2... Q5.

Quanto à amostra, esta foi do tipo intencional, pois fizemos uma seleção de [...] “um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, para que possa ser considerado representativo de toda a população”. (GIL, 2008, p.94). Nessa pesquisa, escolhemos os participantes pelo conhecimento e pela facilidade de acesso a eles. No quadro abaixo trouxemos informações dos sujeitos da pesquisa.

QUADRO1-DADOS DOS SUJEITOS DA PESQUISA	
QUANTIDADE DOS SUJEITOS	5 alunos
IDADE	Entre 20 anos e 50 anos
GÊNERO	4 mulheres

	1 homem
STATUS NO CURSO DE PEDAGOGIA	Alunos egressos do curso de pedagogia na área de aprofundamento em educação especial
FONTE DE COLETA DOS DADOS	WhatsApp e E-mail

• Instrumentos da Pesquisa

Para a revisão bibliográfica, foi feita a busca a partir de diversas contribuições de autores já publicados como artigos científicos, teses e dissertações retirados de mecanismos de busca do Google Acadêmico e dos Periódicos Livres da Capes, além de livros do acervo da biblioteca central da UFPB.

Quanto aos instrumentos da coleta de dados que foram utilizados foi um questionário¹ com os alunos egressos do Curso de Licenciatura em Pedagogia que cursaram a área de aprofundamento em educação especial e os que estão concluindo o curso, pois o questionário é como

[...] a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc. (GIL, 2008, p.121)

Esse questionário foi aplicado nos meses de junho e julho de 2019, sendo constituído por 8 perguntas abertas para poder proporcionar maior liberdade de expressão aos sujeitos que participaram da pesquisa. Buscando responder à

¹ Questionário encontra-se no Apêndice A

pergunta de pesquisa: “como as disciplinas da área de aprofundamento em Educação Especial do curso de pedagogia da UFPB têm contribuído para a formação de pedagogos que estejam aptos a incluírem estudantes com deficiência em suas turmas?” o questionário foi composto por perguntas que levassem os sujeitos a avaliarem a área de aprofundamento em Educação Especial: tanto em relação as disciplinas ofertadas; como se houveram mudanças no modo de olhar para as pessoas com deficiências; como também se os sujeitos se sentem preparados; além de ter sido abordado o conhecimento dos marcos legais que amparam a educação especial e se pretendem continuar na área de educação especial.

CAPÍTULO 4

REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO: ANÁLISE DAS DISCIPLINAS DA ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

Nesta parte da pesquisa, foi feita a análise dos dados coletados com os sujeitos da pesquisa. Para ser realizada a análise dos dados foram elencadas 5 categorias dentre as 8 perguntas do questionário. Essas categorias foram pensadas através de temas chaves que surgiram ao analisar os dados dessa pesquisa que buscou responder como as disciplinas da área de aprofundamento em Educação Especial do curso de pedagogia da UFPB têm contribuído para a formação de pedagogos que estejam aptos a incluírem estudantes com deficiência em suas turmas?

- **Concepção sobre Inclusão**

Ao longo da história as pessoas com deficiências no Brasil passaram por vários acontecimentos em torno de seu caminho histórico e as discussões sobre a inclusão da pessoa com deficiência veio a surgir a partir da década de 90 com a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que descreve em seu Art. 2:

toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas, (...)aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades. (UNESCO, 1994, p.01)

Não podemos negar que o impacto dessa Declaração foi enorme na sociedade mundial, no entanto, mesmo que se venha tendo uma visão de sociedade diversificada, e que se tenha um movimento no sentido de valorizá-las, a exemplo da divulgação de leis e decretos sobre os direitos à inclusão

educacional e social de todos, a inclusão ainda continua a ser um desafio para os/as professores/as nas escolas públicas e particulares (RODRIGUES, 2017).

Neste contexto, foi questionado aos alunos egressos do curso de pedagogia com área de aprofundamento em educação especial: *“Como você avalia a disciplina de Educação Especial e as demais disciplinas da área de aprofundamento em Educação Especial para sua formação enquanto pedagogo?”*. Dentre as respostas dadas pelos entrevistados, todos manifestaram que as disciplinas foram de grande importância para a sua formação enquanto pedagogo na perspectiva da inclusão. O participante Q5 afirma que:

“Todas as disciplinas relacionadas com a Educação Especial foram muito importantes para minha formação, pois todo conhecimento que adquiri nas aulas me fizeram ter uma percepção melhor em relação à capacidade que as crianças que tem algum tipo de deficiência possuem (de acordo com a singularidade de cada uma) e que infelizmente muitas pessoas desconhecem. Então, hoje vejo que meu papel como pedagoga é de contribuir com o desenvolvimento das crianças valorizando o aprendizado e o potencial de cada uma.” (Q5, 2019)

Na fala do entrevistado/a percebe-se o quanto as disciplinas da área de aprofundamento puderam abrir a mente do estudante para a sua responsabilidade social diante das crianças e adolescentes que não se enquadram no padrão pré-estabelecido pela escola e seu currículo. O pedagogo entrevistado afirma que hoje consegue perceber o seu papel enquanto profissional que deve valorizar todos os alunos, independentemente de suas necessidades especiais.

Para todos os estudantes egressos entrevistados, as disciplinas da área de aprofundamento em Educação Especial são importantes e de grande valor, de forma significativa para o pedagogo em construção, pois os assuntos, discussões e práticas desenvolvidas nas disciplinas se voltam para uma inclusão que seja de fato praticada. Neste aspecto, observamos que as respostas dos

estudantes reforçam os objetivos do curso de Pedagogia com esta área de aprofundamento, pois o PPC do curso destaca que os professores precisam de uma “formação dos profissionais da educação, quais sejam: formação sólida, relação teoria/prática, trabalho coletivo interdisciplinar”.

Porém teve dois dos entrevistados que apesar de relatar a importância das disciplinas, questionaram o espaço de tempo que é destinado a Educação Especial, como menciona Q3 e Q4

“(...) porém o tempo de cada cadeira é muito curto. Logo apesar da importância, o que é visto não é suficiente para atuação pedagógica plena”. (Q3, 2019)

“É de suma importância, porém, acho muito pouco apenas um período para a área de aprofundamento, (...) acaba ficando muito superficial e quando nos deparamos na prática, muitas vezes não sabemos como agir em certas situações”. (Q4, 2019)

Tais declarações vão de encontro ao que diz o PPC do curso, o qual estabelece a importância de uma formação capaz de fazer os alunos planejarem, executarem e decidirem em várias situações. Assim podemos observar que mesmo havendo unanimidade na importância dos temas abordados nas disciplinas da área de aprofundamento, é evidente que existem falhas e lacunas em relação ao pequeno espaço de tempo em que são ministradas, o que acaba prejudicando na qualidade da formação desses pedagogos.

No questionário, também foi perguntado se após cursar tais disciplinas, como os estudantes passaram a enxergar a inclusão das pessoas com deficiências nas escolas regulares e se algo mudou na concepção que eles/as tinham/tem sobre esta realidade. Em todas as respostas foi relatado que eles/as mudaram a forma como enxergam a inclusão depois de cursar as disciplinas da área de aprofundamento, ao falar sobre este tema, os sujeitos da pesquisa trazem algumas ideias sobre o conceito de inclusão trazido pela Declaração da Unesco, em 1994.

Na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) as escolas e os professores devem assegurar as necessidades dos alunos, como a infraestrutura, respeitar seu ritmo de aprendizagem com uma educação de

qualidade, e o uso de recursos pedagógicos, em sala de aulas regulares junto com os outros alunos ditos 'normais'. Então a inclusão vem para assegurar um espaço de diversidade com uma pedagogia centrada nos alunos que possuem deficiência ou não, com o amparo que eles necessitam para que eles tenham um aprendizado de qualidade (VIEIRA, 2017).

Sobre a visão dos estudantes entrevistados se de fato a inclusão tem ocorrido nas escolas regulares, a grande maioria relatou que nas escolas não ocorre a inclusão e quando dizem que ocorre é de forma precária, como afirma Q1 e Q2:

“Não existe inclusão, (...) o que se vê na escola pública é uma cuidadora e algumas vezes uma sala de AEE que necessita de profissionais capacitados para se ter bons resultados”. (Q1, 2019)

“(...) não basta a criança está ali presente na sala de aula escanteada, pois isso é integração e não inclusão”. (Q2, 2019)

Santos; Velanga; Barba (2016) ratificam essa visão ao afirmarem que a inclusão deve proporcionar a extinção da discriminação das pessoas com deficiências nas escolas, ajudando a construir uma sociedade inclusiva. O que podemos observar no dia a dia escolar, é que não ocorre o cumprimento efetivo das leis e decretos que asseguram a inclusão das pessoas com deficiências nas escolas regulares.

- **Conhecimento sobre o Marco Legal Inclusivo**

O marco legal inclusivo no Brasil começou a surgir efetivamente depois da Declaração de Salamanca de 1994, a qual fez o Brasil passar por uma reavaliação quanto ao atendimento de crianças com deficiências nas escolas e a formação de professores/as a fim de prepará-los e deixá-los conscientes dos seus deveres para o ensino destas crianças. Desde então, foram sendo criadas inúmeras leis e decretos, como foi explanado no capítulo 1.

No âmbito internacional, além da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) citada acima, anos antes houve também a proclamação da Declaração de Educação para Todos (UNESCO, 1990), um documento que propõe metas para

suprir as necessidades da aprendizagem de todas as pessoas, em especial as pessoas com deficiências.

No âmbito nacional foi publicado na década de 90 a LDBEN nº 9.394/96 que traz a educação especial como modalidade educativa e aborda a inserção dos estudantes com deficiências nas salas regulares, a capacitação dos docentes e os recursos utilizados no AEE; o PNE (Plano Nacional de Educação, Lei nº 10.172/01) com metas e objetivos para que as pessoas com deficiência tenham garantidas vagas na escola regular. Em 2001, foi publicada a Resolução CNE/CEB nº2/01 e em seu artigo 2 estabelece a obrigatoriedade de as escolas matriculem todos os alunos sendo de responsabilidade da escola se preparar para atender todos os estudantes com deficiência, oferecendo a qualidade educacional:

Art. 2º Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (BRASIL, 2001, p.1)

Entretanto, como foi possível observar a partir das respostas dos entrevistados na categoria anterior, as escolas e os professores não costumam ter práticas inclusivas no cotidiano escolar e quando ocorre é rara e de forma precária. Apesar de todas as leis e documentos que está sendo citados nesta categoria e no capítulo 1.

No ano de 2007, o PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação) trouxe a garantia da infraestrutura das escolas, visando a acessibilidade das edificações escolares, assim como a formação docente e das salas de recursos multifuncionais. No ano de 2009, a Resolução nº4 CNE/CEB orienta as escolas quanto ao atendimento educacional especializado (AEE) na educação básica, sendo realizado no contraturno e em salas de recursos multifuncionais que possuem todos os meios para auxiliar no aprendizado desses alunos e lidar com suas necessidades de aprendizagem.

No ano de 2015 entrou em vigor a Lei nº 13.146/15 a LBI (Lei Brasileira de Inclusão) que tem como foco a autonomia e a capacidade das pessoas com deficiência de exercerem uma vida civil em condições de igualdade. Essa lei garante um sistema de ensino inclusivo para alunos deficientes em todos os níveis educacionais, além de garantir a oferta de práticas pedagógicas na formação inicial e continuada dos profissionais da educação; como também a oferta de ensino com Libras, Braille, recursos pedagógicos, profissionais de apoio (como tradutores e interpretes de Libras); além de proibir as escolas particulares de cobrarem custos adicionais por esses serviços.

A inclusão de pessoas com deficiências no sistema de ensino através da LBI (BRASIL, 2015) criou meios de acessibilidade para eliminar barreiras que venham causar a desistência do/a aluno/a e que seja uma aprendizagem para toda a vida (PLETSCH 2019).

Refletindo a respeito desse marco legal que dá o suporte para o cumprimento dos direitos das pessoas com deficiência, questionamos: *“Você conhece as leis que regem a educação especial? Se sim, quais os principais direitos devem ser garantidos às pessoas com deficiência para que tenham acesso a uma educação de qualidade?”* Todos os sujeitos da pesquisa responderam que conhecem sim as leis que asseguram a educação especial. Ao analisar as respostas dos estudantes, esses foram os direitos mais citados como conhecidos por eles:

“(...) ser garantido o acesso, e as condições desse acesso, mudanças arquitetônicas, mudanças no currículo para que este se torne acessível, e mudanças de atitude, pois de nada adianta um aluno com deficiência ter acesso à escola se os profissionais não estão em primeiro lugar abertos à esses alunos(...)” (Q1, 2019)

“(...) O atendimento especializado, pois o currículo deve ser adaptado de acordo com a especificidade de cada aluno”. (Q2, 2019)

Com relação aos direitos que foram citados, está disposto na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) quanto aos fatores relativos à escola serão necessários “(...) um currículo, prédios, organização escolar, pedagogia, avaliação, pessoal, filosofia da escola e atividades extracurriculares” (UNESCO, 1994, p.08) para que se tenha uma escola inclusiva que garanta os direitos dos alunos com deficiência.

- **Noções sobre as Especificidades das Pessoas com Deficiência e a Adaptação Curricular**

Outro ponto questionado no instrumento de coleta de dados foi se os estudantes se sentiam preparados enquanto pedagogos para atuar em uma turma com estudantes com deficiência. De todas as respostas obtidas, 60% afirmaram se sentir preparados, o que significa um bom percentual afirmativo para a área de educação especial, porém um percentual baixo para um curso de formação. Os participantes que afirmaram se sentirem preparados, contextualizaram isto afirmando que teria que ser sob certas condições como em salas de aulas com poucos alunos, e outros afirmaram se sentirem preparados por já atuarem em uma sala de AEE ou na FUNAD.

Dos entrevistados, 40% afirmaram não se sentirem preparados, como afirma Q5:

“[...] ficaram lacunas em nossa formação devido a algumas disciplinas que ficaram muito a desejar”. (Q5, 2019)

Enquanto na resposta do Q2 é levantado uma situação que é realidade em muitas escolas e que eu pude presenciar em meus estágios durante o curso de pedagogia:

“nas escolas da rede pública por haver uma diversidade de alunos com deficiência, e muitas vezes, na mesma sala, e cada deficiência possui suas especificidades educacionais e para que nós, pedagogas possamos atender, promover a inclusão, precisamos buscar por conhecimento além da que vimos na academia, pois o que vemos no período da formação não nos dão um suporte necessário sobre cada deficiência para atender as especificidades de cada pessoa com deficiência.” (Q2, 2019)

Com essa resposta podemos perceber que alguns sujeitos da pesquisa não se sentem preparados para atuar com os alunos com deficiências, segundo Jesus (2008, apud Rezende, 2013, p.49) “muitos professores não sabem lidar e não estão preparados para trabalhar com a diversidade dos seus alunos”. Nesse mesmo contexto, Rodrigues (2017) e Rezende (2013) trazem em seus trabalhos que é necessário pensar a formação continuada, pois sempre haverá algum aprendizado novo para se aprender, pois cada deficiência tem sua especificação, sua característica.

Ao serem questionados sobre o que os estudantes conheciam sobre adaptação curricular, os sujeitos da pesquisa buscaram responder da melhor maneira e em cada resposta tinha um ponto do que é adaptação curricular, como exemplifica Q1 e Q5 em suas falas:

“É uma estratégia de atuação do(a) professor(a) de forma que possa adaptar o currículo regular, tornando-o adequado aos alunos com necessidades especiais.” (Q1, 2019)

“(...) conhecer o aluno, suas potencialidades pode indicar um caminho a ser seguido. Depois, saber quais os objetivos de aprendizagem tenho para esse aluno(...)” (Q5, 2019)

Segundo o MEC - Ministério da Educação (2000) a adaptação curricular é uma estratégia utilizada pelos professores ou o sistema educacional que possibilita que os alunos que tenham alguma dificuldade na aprendizagem e/ou alunos com deficiência tenham acesso a uma aprendizagem bem-sucedida, uma participação ativa na sala de aula, para que ocorra uma verdadeira inclusão. Para que seja atendido cada especificidade dos alunos que necessitam da adaptação, vai demandar tipos de estratégias diferentes para que os objetivos educacionais desse aluno sejam alcançados em um ambiente com convivência com seus colegas.

De acordo com Rezende (2013), a adaptação curricular é uma estratégia utilizada com os alunos com deficiência para que tenham acesso ao conteúdo

programado pelo sistema de ensino, com adaptações para que eles possam se desenvolver. Segundo Rodrigues (2017) para que os professores saibam como adaptar os conteúdos, os professores veem durante o curso de pedagogia, além que eles podem fazer cursos de aperfeiçoamento.

No ano de 2015, entrou em vigor a Lei nº 13.146/15, a Lei Brasileira de Inclusão, que assegura que o sistema de ensino seja inclusivo em todos os níveis de ensino, criando meios de acessibilidade para eliminar barreiras que venham causar a desistência do aluno, como é o caso da adaptação curricular, e que a aprendizagem seja por toda a vida e que cabe ao poder público acompanhar, averiguar e criar maneiras de avaliar a efetivação da lei. Nas palavras de Q4:

“Numa sala de aula que possui alunos dito “normais” e alunos com deficiência, o conteúdo deve ser o mesmo para o aluno, porém dependendo da deficiência do (a) aluno (a) ou da dificuldade de aprendizagem, deve ocorrer uma adaptação. O conteúdo é o mesmo, mas os recursos e avaliações serão diferenciados de acordo com o nível de desenvolvimento.” (Q4, 2019)

Nesta fala podemos ver uma definição consistente sobre a adaptação curricular de alunos com deficiência, um meio de garantir a aprendizagem e a permanência dos alunos com deficiência, sendo assim, o professor “deve se preparar para atender a todos os alunos com necessidades educacionais especiais, tendo o cuidado de não esquecer do aluno que não apresenta deficiência” (SOUZA e RODRIGUES, 2015, p. 22991).

Outro tópico do questionário foi se os alunos/as conheciam o que significa o Plano de Ensino Individualizado (PEI) e caso soubessem, deveriam comentar um pouco sobre o PEI. Das respostas obtidas, cerca de 98% afirmaram conhecer o PEI, mas no questionário foram muitas das respostas dadas de maneira rápida, apesar de fazerem sentido com o conceito do PEI.

Na visão de Poker; Martins; Oliveira et al. (2013) o PEI é um documento individual de construção contínua feito pelo professor da sala de AEE em conjunto com a família, o professor da sala regular, a equipe de gestão da escola e se houver, os médicos que acompanham a criança. O PEI é um documento que reuni todos os dados da criança desde a saúde até a esfera educacional, onde deve estar explicitado os avanços e regressos da criança, sendo uma proposta pedagógica criada e pensada exclusivamente para aquele aluno. Uma das respostas mais elaboradas sobre o tema foi a fala de Q1:

“Eu conheço o que é o PEI de forma superficial, mas sim, nunca fiz parte da elaboração de um. O PEI é o plano individual para cada aluno, e eu particularmente acredito que deve ser utilizado não apenas com os alunos com deficiência, mas com todos. No plano são estabelecidos quais os objetivos de aprendizagem daquele aluno e são registrados todos os resultados das intervenções que objetivem concretizá-los. Assim, o plano faz com que os professores planejem o ensino para aqueles alunos, cumpram o que planejaram (usando da flexibilidade para isso) e depois avaliem seu desenvolvimento.” (Q1, 2019)

Nessa resposta, podemos ver que o sujeito da pesquisa concebe o PEI como recurso pedagógico feito e pensado para o aluno de maneira que os objetivos sejam alcançados. É necessário se “adaptar para que todas as crianças, com deficiência ou não, tenham oportunidades iguais de aprendizagem” (Souza e Rodrigues 2015, p.22988).

- **Formação em Educação Especial e os Possíveis Desafios**

Estudos e pesquisas como de Pletsch (2019); Rodrigues (2017); Fonseca-Janes (2010) apontam que a formação de professores para trabalhar com alunos com deficiência é deficitária, pois muitos dos professores não se sentem preparados para lidar com as diferenças de cada aluno da sala de aula, além da do aluno com deficiência. O curso de pedagogia deveria capacitar o futuro professor a intervir educacionalmente sempre que se fizer necessário.

Pensando nessa 'lacuna' na formação inicial do professor, levantamos o questionamento sobre se os estudantes sentem dificuldades ou desafios, enquanto professor (a), para a inclusão de alunos/as com deficiência. Obtivemos 2 respostas negativas principalmente daqueles que não atuam ainda na profissão. Das 3 respostas afirmativas que tivemos, foram citadas duas grandes dificuldades.

A primeira dificuldade levantada foi a família, como podemos verificar na fala de Q1 e Q3:

“(...) Com relação a família, muitas das vezes a própria família não aceita o seu filho. Também é um grande desafio, entre outros.” (Q1, 2019)

“São desafios como fazer com que a família reconheça o aluno como estudante com necessidades especiais(...)”. (Q3, 2019)

Essa dificuldade relatada sobre a família não aceitar a necessidade especial é um sentimento comum, pois quando a família descobre surge “uma gama de sentimentos que não são os esperados para o momento do nascimento” (PEREIRA, 2017, p.23).

Porém, a autora ressalta que é necessário que se volte a ter um equilíbrio emocional e psicológico da família, se não a família não dará suporte necessário para a aprendizagem da criança, ocorrendo uma grande perda para os alunos, professores e também para a sociedade. Para que esse equilíbrio volte, a família necessita de ajuda de profissionais capacitados que deem amparo aos familiares. Então o professor também, de acordo com Pletsch (2009), tem que está preparado para intervir executando medidas essenciais para a situação.

Outra dificuldade apontada foi a sala de aula que muitas vezes não tem infraestruturas, são superlotadas, como está claro nas palavras de Q4:

“Acho que o maior desafio é a quantidade de alunos em sala que muitas vezes a professora não consegue dar uma atenção a um aluno que tem dificuldade em algum conteúdo que é ministrado ou que precisa de atividades adaptadas”. (Q4, 2019)

No que se refere a essa questão, Rezende (2013); Pletsch (2009); Tardif (2005) afirmam que a formação profissional do professor deve considerar, atender e aparar as carências e os desafios da sociedade em que vivemos, mas para que isso ocorra deve-se ter uma reformulação no sistema educacional com investimentos nas infraestruturas das escolas, formação dos professores como também no contexto social, cultural e econômico da escola e do Brasil.

- **Pretensões Futuras de Continuar os Estudos na Área da Deficiência**

Como vimos ao longo das categorias de análise da pesquisa foram relatados problemas na formação profissional dos alunos do curso de pedagogia na área de aprofundamento em educação especial e com ou sem esses problemas se faz necessário após a conclusão do curso que o profissional dê continuidade aos estudos. Nas palavras de Souza e Rodrigues (2015, p.22987), a formação continuada é o “desenvolvimento profissional permanente” do professor sendo sua responsabilidade com sua formação.

Nesse contexto, foi questionado aos alunos/as se eles/as pretendiam continuar com os estudos na área de educação especial. Todas as respostas foram afirmativas, pois segundo os sujeitos da pesquisa será de extrema importância continuar e aprofundar seus conhecimentos, como uma especialização, mestrado, doutorado e um pós-doutorado na área de educação especial. Como Q2 e Q5 afirma:

“(...) quero aprofundar meus conhecimentos nessa área para ter mais segurança (...) quanto mais conhecimento se tem com relação ao assunto melhor será o trabalho desenvolvido com os alunos/as.” (Q2, 2019)

“É essencial continuarmos buscando novos aprendizados para nos sentirmos mais preparados para atuarmos em sala de aula.” (Q5, 2019)

A LDBEN nº9.394/96 vem garantir a formação continuada para os profissionais da educação em seu artigo 62º

Art.62º A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. § 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério. § 2º—A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância. (BRASIL, 1996)

Além de que em seu Art.62º-B parágrafo único afirma que a formação continuada de profissionais deve ser em instituição básica e superior como cursos de educação profissionalizante, cursos superiores (graduação e pós-graduação).

Na Resolução nº2, de 2001 em seu Art. 18 § 4º traz que os profissionais da educação que já exercem a profissão devem ter oportunidade de fazer a formação continuada e que deve ser oferecida pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Assim podemos constatar através das respostas que os sujeitos acreditam que o caminho para exercer sua profissão da melhor forma para uma educação inclusiva é se aprofundando nos estudos. Pois o professor tem que ser capaz de desenvolver as capacidades de seus alunos, com a formação continuada, o professor trará para sala de aula um espaço rico de conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta monografia podemos observar que ao longo da história as pessoas com deficiência passaram por muitas situações de crueldade e humilhações pela sociedade. Desde a Antiguidade até a Idade Moderna, essas pessoas sempre estiveram pertencentes a um grupo social que determinava sua exclusão social apenas em razão da deficiência.

No Brasil, as pessoas com deficiência não passavam por uma realidade muito diferente das pessoas com deficiência dos outros países. Elas sofreram com exclusões e situações de crueldade. Com o passar dos anos, foram surgindo ações políticas criadas com o propósito de incluir pessoas com deficiência na sociedade, na escola, para que elas tivessem a acessibilidade aos seus direitos. Essas ações, leis que asseguram essa inclusão, sempre teve e tem além das próprias pessoas com deficiências, algum familiar ou pessoas ligadas a elas atrás das lutas para conquistar tais ações e leis.

A educação foi umas das maiores conquistas, em que elas passaram a ser olhadas com um olhar mais atento pela sociedade. Uma educação inclusiva é uma forma de todos os alunos com deficiência terem o direito de aprendizagem de forma efetiva, sem discriminação por causa das suas diferenças e necessidades. Desta forma é necessário ter profissionais preparados para contribuir na aprendizagem deles, principalmente os pedagogos com a área de aprofundamento em educação especial, de forma que esses profissionais tenham uma base bem sólida, fundamentada na inclusão.

É dentro desse contexto, que este trabalho levantou a seguinte problemática: “como as disciplinas da área de aprofundamento em Educação Especial do curso de pedagogia da UFPB têm contribuído para a formação de pedagogos que estejam aptos a incluírem estudantes com deficiência em suas turmas?” Desta forma, esse estudo foi capaz de fornecer dados e informações a todos que estão na academia para que possam avaliar como o curso de licenciatura em pedagogia está preparando seus alunos para lidar com a inclusão de crianças e adolescentes com deficiência.

Nesse trabalho, fizemos uma discussão sobre a história das pessoas com deficiência desde a Antiguidade até os tempos de hoje e, em seguida, sobre a formação do pedagogo e seu trabalho inclusivo. Ao analisarmos as respostas da pesquisa de campo, podemos destacar que a área de aprofundamento em Educação Especial contribui na formação de pedagogos/as que buscam, de fato, uma inclusão que não seja apenas dita, mas vista e praticada.

Apesar de conter algumas lacunas como o curto período de tempo das disciplinas, a não experiência prática dos estudantes na educação de alunos/as com deficiência. A maioria das respostas dos/as entrevistados/as que foi 60% se sentem preparados para atuar em uma sala de aula regular com alunos com deficiência, no entanto, é um percentual baixo para curso de pedagogia, que forma alunos com o aprofundamento em educação especial. Esses pedagogos deveriam sair preparados para atuar com esse público, com um olhar mais atento e sensível às diferenças e singularidades dos alunos com deficiência e os alunos ditos 'normais' que encontrarão em sala de aula.

Contudo, pode-se dizer que essa área acrescenta na maioria dos sujeitos da pesquisa uma construção de um profissional da educação que busca conhecer e interagir no processo de aprendizagem de pessoas que necessitam de um olhar e atenção mais específicos. Para futuros pedagogos da área de aprofundamento em Educação Especial, o caminho para exercer sua profissão da melhor forma para uma educação inclusiva é se aprofundando nos estudos e é essencial que se tenha uma formação continuada, pois sempre está surgindo novos estudos, teorias e métodos para complementar a sua formação.

Em linha gerais, acreditamos que a área de aprofundamento em Educação Especial apesar de algumas lacunas como falado anteriormente, tem formado pedagogos com a competência para assumir uma educação inclusiva, tendo como princípio uma aprendizagem que é possível para todos e de que ninguém pode limitar ninguém por causa de sua deficiência.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalho na graduação. São Paulo: Atlas, ed.8, 2007, p. 112-147.

ANDRETTA, Tamires. **WhatsApp no Contexto Educacional**: uma revisão sistemática de literatura. Santa Maria: UFSM, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/15370>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: 1988, p.123-126.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lei nº 8.069** de 13 de julho de 1990. Brasília: D.O.U. 16 de julho de 1990 e retificado no DOU de 27 de julho de 1990.

BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão. **Lei nº 13.146** de 6 de julho de 2015.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 4.024** de 20 de dezembro de 1961.

BRASIL. Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 5.692/71**, de 1971.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: D.O.U, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

BRZEZINSKI, Iria. **Pedagogia, Pedagogos e Formação de Professores**. Campinas, Editora Papirus, ed. 7, 2008.

BARRETO, Kelly Coelho; BARRETO, Wesley Pinheiro. **A formação dos professores e a inclusão escolar**. Disponível em:<<https://ifgoiano.edu.br/periodicos/index.php/ciclo/article/download/211/124>>. Acessado em: 01 mar. 2019.

DANTAS, Taísa Caldas. Direito das Pessoas com Deficiência à educação: evolução das políticas públicas e do marco legal. Monografia apresentada a Universidade Federal da Paraíba, 2010.

FAVALI, Angeline Luci. Formação de professores de educação especial no Estado de São Paulo: um estudo bibliográfico. São Paulo: 2011. Disponível em: <<http://www.pedagogia.ufscar.br/documentos/arquivos/trabalhos-de-conclusao-de-curso/tcc-2008>>. Acessado em: 01 mar. 2019.

FONSECA-JANES, Cristiane Regina Xavie. **A formação dos estudantes de pedagogia para a educação inclusiva:** estudo das atitudes sociais e do currículo. Marília, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/102191>>. Acesso em: 18 mar.2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, ed.6, 2008.

MAZZOTA, Marcos J. Silveira. **Trabalho docente e formação de professores de Educação Especial.** São Paulo: EPU, 1993.

MEC. Projeto Escola Viva: Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - **Alunos com necessidades educacionais especiais.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/construindo.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2019.

PEREIRA, Eliane Bianchin. **O que dizem as produções acadêmicas acerca da família e o diagnóstico clínico de deficiência.** Santa Maria-RS, 2017. Disponível em: <<https://Repositorio.Ufsm.Br/Handle/1/16465>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

PLETSCH, Márcia Denise. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. **Educar Revista [online]**, Curitiba, n. 33, ISSN 0104-4060, p. 143-156, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-40602009000100010>>. Acesso em: 3 set. 2019.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, ed.2, 2013.

REZENDE, Evelin Oliveira de. **Formação de Professores e a Intervenção das Diretrizes Curriculares Nacionais da Pedagogia para a Educação Especial**. Dissertação de Pós-Graduação. São Carlos: UFSar. 2013. Disponível em: < <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/3152>>. Acesso em: 02 mar. 2019.

RODRIGUES, Grazielle de Fátima Pinto. Formação de Professores para Educação Especial. **Revista Acadêmica Conecta**, v.2, n.1, 2017. Disponível em:< <http://revista.fasf.edu.br/index.php/conecta/article/view/71>>. Acesso em: 08 abr.2019. Parte superior do formulário.

SANTOS, Jusiany Pereira da Cunha dos; VELANGA, Carmem Tereza; BARGA, Clarides Henrich. Os paradigmas históricos da inclusão de pessoas com deficiência no Brasil. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, vol.4, n.35, 2017. Disponível em: <<http://periodocos.estacio.br/index.php/reeduc/article/viewArticle/3237>>. Acesso em: 02 mar.2019.

SOUZA, Ana Lucia Alvarenga dos Santos; RODRIGUES, Maria Goretti Andrade. Educação Inclusiva e Formação Docente Continuada. **Educare. XII- Congresso Nacional de Educação**. 2015. p. 22985-22994. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21491_10456.pdf>. Acesso em 05 mar. 2020.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis-RJ, Editora Vozes, ed.5, 2002, p.56-111.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994 BRASIL/ MEC.

VIEIRA, Taiane Beatriz de Araújo. **As contribuições da área de aprofundamento em educação especial para a formação do pedagogo inclusivo**. João Pessoa: UFPB, 2017. Disponível em: < <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/2576/1/TBAV20062017.pdf> >. Acesso em: 05 abr. 2019.

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro de Entrevista utilizado para coleta de dados.

Universidade Federal da Paraíba

Centro de Educação

Curso de Pedagogia

Aluna: Ellen Keroline Gadelha da Cunha. Matrícula: 11502436

Orientadora: Profa. Taísa Caldas Dantas

Este questionário será aplicado junto aos estudantes egressos do Curso de Licenciatura em Pedagogia que cursaram a área de aprofundamento em educação especial e os que estão concluindo nesse semestre. Tem como objetivo investigar como o Curso de Licenciatura em Pedagogia está preparando seus alunos/as para trabalhar com estudantes com deficiência.

QUESTIONÁRIO SOBRE A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

- 1) Como você avalia a disciplina de Educação Especial e as demais disciplinas da área de aprofundamento em Educação Especial para sua formação enquanto pedagogo?
- 2) Após cursar tais disciplinas, como você passou a enxergar a inclusão das pessoas com deficiências nas escolas regulares? Algo mudou na concepção que você tinha/tem sobre esta realidade?
- 3) Você se sente preparado enquanto pedagogo para atuar em uma turma com estudantes com deficiência? Justifique.
- 4) Você sente dificuldades ou desafios, enquanto professor (a), para a inclusão de alunos/as com deficiência? Se sim, quais?
- 5) Você conhece as leis que regem a educação especial? Se sim, quais os principais direitos devem ser garantidos às pessoas com deficiência para que tenham acesso a uma educação de qualidade?
- 6) O que você sabe sobre Adaptação Curricular?

- 7) Você conhece o Plano de Ensino Individualizado (PEI)? Se sim, comente um pouco sobre o PEI.
- 8) Você pretende atuar ou continuar os estudos na área de educação especial?

Agradecemos a sua participação!

Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido utilizado na pesquisa.

Universidade Federal da Paraíba

Centro de Educação

Curso de Pedagogia

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE

Esta pesquisa está sendo desenvolvida por Ellen Keroline Gadelha da Cunha e tem como objetivo investigar como o Curso de Licenciatura em Pedagogia está preparando seus alunos/as para trabalhar com estudantes com deficiência. E pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu, _____, em pleno exercício dos meus direitos me disponho a participar desta pesquisa. Declaro ser esclarecido e estar de acordo com os seguintes pontos:

O trabalho “Formação de Professores na Educação Especial” que terá como objetivo geral investigar como o Curso de Licenciatura em Pedagogia está preparando seus alunos/futuros pedagogos para trabalhar com estudantes com deficiência; ao voluntário só caberá a autorização para responder ao questionário e não haverá nenhum risco ou desconforto ao voluntário.

Ao pesquisador caberá o desenvolvimento da pesquisa de forma confidencial, revelando os resultados ao médico, indivíduo e/ou familiares, cumprindo as exigências da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde.

O voluntário poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento a qualquer momento da realização do trabalho ora proposto, não havendo qualquer penalização ou prejuízo para o mesmo. Será garantido o sigilo dos resultados obtidos neste trabalho, assegurando assim a privacidade dos participantes em manter tais resultados em caráter confidencial. Não haverá qualquer despesa ou ônus financeiro aos participantes voluntários deste projeto científico e não haverá qualquer procedimento que possa incorrer em danos físicos ou financeiros ao voluntário e, portanto, não haveria necessidade de indenização por parte da equipe científica e/ou da Instituição responsável.

Qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimentos, o voluntário poderá contatar a pesquisadora no número (83) 986908578.

Ao final da pesquisa, se for do meu interesse, terei livre acesso ao conteúdo da mesma, podendo discutir os dados com o pesquisador. Desta forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar de pleno acordo com o teor do mesmo, dato e assino este termo de consentimento livre e esclarecido.



Assinatura do pesquisador responsável

Assinatura do Participante